

O ELIXIR DAS MAZELAS SOCIAIS: as ilusões da política de economia solidária

Dandara Vianna de Albuquerque
Luana de Souza Siqueira

Introdução

Nos últimos anos, o programa economia solidária cresceu em todo o território nacional como uma proposta de desenvolvimento para o bem viver através do fomento de atividades econômicas de produção, comercialização, finanças e prestação de serviços baseadas na autogestão e nos valores de cooperação e solidariedade entre seus sócios.

Sob o fervor do neoliberalismo, esta proposta ganhou o corpo de política pública e se destaca como uma estratégia de enfrentamento a diversas expressões da “questão social” através da “inclusão social” no trabalho associativo e autogestionário. Compreendendo os limites de tal proposta, o presente artigo tem como objetivo analisar a apropriação da economia solidária como um elixir no âmbito das políticas públicas para diversas mazelas sociais.

Em termos metodológicos, faremos uma abordagem histórica e crítica que se fundamenta em pesquisa bibliográfica e reflexões realizadas a partir da observação participativa no âmbito da política do programa economia solidária do município de Niterói.

Partimos do marco histórico da reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal caracterizada pelo afunilamento dos gastos públicos com as políticas sociais, transferência das responsabilidades de proteção social para a sociedade civil e de incentivo ao empreendedorismo e/ou as iniciativas de voluntariado, solidarismo ou ajuda mútua. Apresentamos como surge a política pública de economia solidária e destacamos os limites dessa intervenção.

Nas considerações finais, apontamos que a política de economia solidária é uma ferramenta de silenciamento de diversas demandas da classe trabalhadora, pois legitima a precarização das relações de trabalho com a promessa ilusória de uma “outra economia” em curso.

O neoliberalismo e a expansão da economia solidária

As iniciativas conhecidas como economia solidária ganham o Brasil a partir dos anos de 1980, multiplicando-se no decorrer da segunda metade dos anos de 1990 (SINGER, 2018). Famosa pelo seu discurso, aqui “outra economia acontece”, ela é composta por múltiplas atividades de organização da produção, comercialização, finanças e consumo de produtos e serviços que privilegiam a autogestão democrática, cooperação e a solidariedade em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias.

Embora o projeto político do programa economia solidária tenha ganhado legitimidade com alguns segmentos da esquerda, movimentos sociais, universidade e no âmbito das políticas públicas como uma resposta emancipatória da classe trabalhadora para

o desemprego e uma oposição ao modo de vida devastador capitalista; na realidade, ela está longe de ser uma “outra economia” alternativa ao capitalismo ou a efetiva emancipação do trabalho. Nas palavras de Sousa e Sousa (2011), compreendemos essas iniciativas como uma regulação do trabalho nos marcos da sua precarização e não da criação de trabalho com proteção e direitos.

Para compreendermos o florescer do programa economia solidária como uma política pública e darmos conta do objetivo central deste artigo que é analisar sua apropriação como um elixir para diversas mazelas sociais, cabe contextualizar as mudanças do trabalho na reestruturação produtiva do capitalismo e a inflexão da atuação do Estado perante esse quadro social (BARBOSA, 2007), pois esse movimento é fundamental para o florescer do programa economia solidária no Brasil.

Efetivamente, as práticas do programa economia solidária são uma expressão do processo de reestruturação do capital, iniciado com o esgotamento do padrão de acumulação fordista nos anos 1970. Nesse contexto, tornou-se evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Logo, o modo de produção teve que se reatualizar e a rigidez dos investimentos fordistas cedeu palco para o modelo de acumulação flexível e as orientações neoliberais no âmbito do Estado. Assim, o projeto neoliberal ascendeu mundialmente para a restauração do poder das elites econômicas (HARVEY, 2008).

Segundo Harvey (2008), o novo regime de acumulação foi marcado pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos, dos padrões de consumo, além das transformações no campo da tecnologia, com aceleração da automação e avanço do digital que foram incorporados aos processos de trabalho e na ampliação das transações do mercado financeiro global, pilar fundamental do atual padrão de acumulação.

Um outro aspecto importante nesse contexto é a derrota da experiência de socialismo real que rivalizava com o sistema capitalista durante a sua era de ouro. Durante o auge do padrão de acumulação fordista-keynesiano, a garantia de um sistema de proteção social universal para a classe trabalhadora era parte da estratégia de legitimação do sistema capitalista e de enfrentamento a experiência socialista, o que é vivenciado na Europa com o Welfare State.

O neoliberalismo que é a vertente ideológica e política do regime de acumulação flexível se opõe às teorias de Estado intervencionista, privilegiando o livre mercado. Assim se conduziu a sociedade brasileira a partir dos anos de 1990, o Estado diminuiu seus gastos com as políticas sociais e flexibilizou as leis de proteção ao trabalho, num movimento de contrarreforma que impediu a estruturação dos ganhos da Constituição Cidadã de 1988 nos moldes sonhados pelos movimentos sociais da época (BEHRING, BOSCHETTI; 2011).

O cenário preparado é de degradação das condições e relações de trabalho, facilitando e legitimando os empregos informais e/ou com vínculo instável, como subcontratações, empregos temporários, terceirização, atividades autônomas etc., já que o aumento dos rendimentos do capital se deu às expensas do desemprego e da precarização do emprego (BARBOSA, 2007).

Harvey (2008) aponta que a neoliberalização, em alguns casos, também permite a coexistência de sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista como peças centrais do sistema produtivo, atendendo às encomendas do capital multinacional e a suas necessidades de legitimação. Para Harvey (2008), as vantagens do uso

dessas formas antigas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista são o solapamento da organização da classe trabalhadora e o obscurecimento da relação de exploração capital x trabalho. Assim, compreendemos que o avanço da economia solidária com seus grupos de produção artesanais, familiares, associações, clubes de troca e cooperativas que remetem a formas arcaicas não se polariza com as tendências da face atual do capitalismo.

Para Barbosa (2007) encontramos no programa economia solidária dois tipos de atividades: 1) as atividades sem vínculo com acumulação capitalista, mas que se associam a gestão da pobreza e barateamento da reprodução da força de trabalho mal remunerada da informalização, como exemplo temos a prestação de pequenos serviços e atividades artesanais; 2) e as atividades informalizadas que baixam os custos do trabalho, sendo de modo subordinado uma maneira de acumulação capitalista atualizada e rentável, como é o exemplo dos grupos produtivos e cooperativas que subordinam seus processos de trabalho a grandes empresas contratantes para conseguir prolongar sua sobrevivência.

Ao analisarmos o mapeamento mais recente dos empreendimentos da economia solidária no Brasil, observamos que a principal motivação para se inserir na economia solidária é o desemprego, o que revela que mesmo a economia solidária argumentando ser sobre a autonomia e independência do modo de produção capitalista, ela se vincula ao cenário de escassez de trabalho estável. Ser uma alternativa de ocupação mediante o desemprego não coloca a economia solidária automaticamente em um lugar de emancipação do trabalho. No mais, o perfil dos empreendimentos solidários já revela sua fragilidade no que tange a geração de renda e lucratividade.

É nesse contexto que se definem as políticas públicas de Economia Solidária, onde o Estado não só opera suprimindo as leis trabalhistas, as políticas sociais e criando um ambiente favorável para o trabalho sem proteção, mas também como um agente direto de ações de fomento à cultura do autoemprego. Nas palavras de Barbosa (2007), o Estado passou a ser o indutor dessa ressignificação do trabalho e sua ação tornou-se decisiva nas mudanças das relações de trabalho. Assim, ele educa e financia iniciativas que adequam a classe trabalhadora para as novas exigências da reestruturação capitalista e direciona a população para atender suas demandas de sobrevivência por essa via.

O status de política pública

Nos últimos anos o programa economia solidária experimentou uma forte ascensão no país, mesmo que não de forma linear. Como já mencionado, há uma generalização dessas iniciativas no Brasil no decorrer dos anos de 1990, mas é no ano de 2003 que esse fenômeno é incorporado ao aparelho do Estado através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Assim, a economia solidária entra no bojo da política de geração de trabalho, renda e de inclusão social.

Convém mencionar que o surgimento da SENAES no MTE foi um marco no processo de ressignificação do trabalho, visto que desde sua criação, a agenda do Ministério tinha como missão promover o trabalho assalariado e as experiências de economia solidária se opõe ao assalariamento (BARBOSA, 2007). Segundo Singer (2018), um dos objetivos das políticas de economia solidária é:

Disseminar entre a população trabalhadora a convicção de que o emprego assalariado não é a única nem necessariamente a melhor opção para ganhar a vida de forma digna; de que há outras opções, entre as quais se destaca o exercício por conjuntos de trabalhadores associados de atividades por conta própria (SINGER, 2018. p185).

A construção da política de economia solidária contou com o apoio de diferentes atores sociais, como movimentos sociais, governo, ONGS, igrejas e incubadoras universitárias. A título de exemplo temos, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED); e representantes da gestão pública (SINGER, 2018)

A direção da SENAES ficou a cargo do mais expressivo representante da economia solidária: Paul Singer, um economista autodeclarado socialista utópico, um militante com brilhante trajetória no movimento operário durante sua juventude, membro do Partido dos Trabalhadores (PT) e figura muito querida por grande parte do movimento social, visto que sua presença à frente da SENAES foi considerada uma vitória. É possível afirmar que grande parte do desenho da política está carregado com a visão do próprio Paul Singer sobre o papel que ela deveria desempenhar na sociedade brasileira.

O economista argumenta que a economia solidária é uma forma democrática e igualitária de organização de diferentes atividades econômicas. Sobre a revivescência da economia solidária ele afirmava:

Esta revivescência significa, sobretudo a volta aos princípios, a valorização da democracia e da igualdade no campo de produção, distribuição e de intermediação financeira. Já que parcela cada vez maior está excluída do emprego assalariado regular e, portanto, da cidadania operária, há mais de duas décadas, os seus componentes não têm porque continuar colocando suas esperanças numa restauração do pleno emprego e dos direitos sociais, que seus pais haviam conquistado (SINGER, 2018, p.33).

Assim, da chamada economia solidária emergiria um mercado solidário que representaria, nas últimas consequências, o que implicaria no fim da sociedade dividida entre perdedores e vencedores. Nesse quadro, o papel do Estado seria realizar ações pontuais para impedir que algumas empresas dominem o mercado e acabem com a suposta dinâmica igualitária:

[...] mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (SINGER, 2002, p.10).

Quando o Programa economia solidária ganha status de política pública, o Estado passa a ser o indutor dessa proposta, incentivando e formando a sociedade civil para se organizar nos arranjos autogestionários. Assim, passa a ser “porta de saída dos programas de

transferência de renda” e o horizonte de emprego formal paulatinamente é abandonado e o “autoemprego coletivo” e autogestionário se torna o caminho para o desenvolvimento justo e solidário: o elixir de soluções da pobreza e de todas as mazelas sociais.

As ações estatais podem ser sintetizadas no apoio a projetos e iniciativas voltados para a expansão da economia solidária no âmbito governamental ou não governamental; realização do mapeamento e diagnóstico dessas iniciativas; desenvolvimento de atividades de formação, assessoria técnica e organização de trabalhadores em grupos produtivos, arranjos e cadeias produtivas de economia solidária contando com o suporte das incubadoras universitárias e as demais entidades de apoio e fomento; estímulo às finanças solidárias através dos bancos comunitários e moedas sociais; e o apoio ao consumo ético e ao comércio justo e solidário.

No Termo de Referência de Apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do Desenvolvimento Territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza (MTE, 2013) observa-se que as ações de iniciativas de economia solidária são estruturadas a partir dos seguintes eixos de ações:

- I - Organização sociocomunitária;
- II- Formação e Assessoria Técnica;
- III- Investimentos e Finanças Solidárias;
- IV- Organização da Comercialização Solidária.

Esse kit é oferecido como resposta ao desemprego, ao adoecimento mental e psiquiátrico, à desigualdade de gênero, à pobreza, aos impactos sociais do envelhecimento, a deficiência de atividades de lazer e cultura etc. Assim, a economia solidária seria o xeque-mate contra as mazelas sociais e o caminho para bem viver, rompendo com o capitalismo. Na medida em que todos os problemas são reduzidos a um programa cuja ação se reduz a uma só solução, as perdas de direitos e o retrocesso das lutas sociais estão postas e camufladas nas formas mais autênticas de autonomia, empatia, empoderamento, empreendedorismo, e outros jargões funcionais à máxima neoliberal: ação estatal mínima para o social e máxima para o capital.

A política do programa economia solidária interage com a gestão da pobreza, com a baixa de custos da reprodução do trabalhador e sua sobrevivência está subalternizada aos mandos do grande capital, além de servir para conformação ideológica da classe trabalhadora (BARBOSA, 2007). Logo, as ações da política priorizam os grupos chamados de vulneráveis, gerindo as mazelas sociais pela via do trabalho precarizado e sem direitos.

Cabe salientar que o programa economia solidária ganhou musculatura nos governos dos PT, sendo defendido pelo próprio presidente Lula como uma forma de construir uma sociedade mais justa desde já através de uma convivência solidária. Nesse sentido, a crise do governo petista também impactou no status da economia solidária na União. Com o golpe de 2016, no governo de Michel Temer, a SENAES se torna uma subsecretaria. Já em 2019, no governo de Bolsonaro, o MTE é extinto e a economia solidária é transferida para Ministério da Cidadania como um departamento vinculado à Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana. O conselho nacional de economia solidária se mantém e o legado da SENAES continua a render frutos em diversos territórios, mas essa mudança de status acentua uma tendência que já podia ser identificada anteriormente de que a economia solidária é uma política de inclusão social e produtiva para segmentos populacionais

reconhecidos como vulneráveis, como é o caso dos assistidos pela política de assistência social.

A quem, de fato, beneficia o Programa Economia Solidária?

A resposta é difícil, mas vamos dialogar com a importante dinâmica estatal de reprodução da força de trabalho, da manutenção do Exército Industrial de Reserva e a acumulação capitalista. No escopo do programa está explicitado o público-alvo prioritário das ações de “trabalho e renda”, são eles: beneficiários/as das ações do Plano Brasil Sem Miséria, com ênfase nos Programas de transferência de renda e inscritos no CADÚNICO; participantes dos empreendimentos econômicos solidários, com destaque para os que estão registrados no Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES), no endereço eletrônico [www.mte.gov.br /economia_solidaria](http://www.mte.gov.br/economia_solidaria); participantes de fóruns e redes de economia solidária e de comércio justo nas esferas municipal, estadual e territorial e nacional; d) segmentos de mulheres nas áreas urbanas e rurais; população jovem de 15 a 29 anos; segmento de comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores/as; segmentos de agricultores/as familiares e assentados de reforma agrária; pessoas em desvantagem, nos termos do art. 3º da Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, tais como: deficientes físicos e sensoriais, usuários de saúde mental; egressos de prisões etc.; e beneficiários/as do Programa Temático Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (2029 - Plano Plurianual 2012 – 2015, p.181).

A lista de beneficiários nos chama a atenção, o perfil é claramente de pessoas que não possuem condições, permanentes ou temporárias, de se inserirem no mercado de trabalho formal e que muito provavelmente são potenciais usuários de políticas de transferência de renda da assistência social. No contexto neoliberal atual trata-se, portanto, de uma tentativa de redução de demandas dessas políticas de transferência de renda que dependem dos cofres públicos. Assim, se investe na política moralizante e culpabilizadora do “faça você mesmo!, numa perspectiva de auto-ajuda “você é capaz” o que antes era programa de emprego e renda assume o lugar de trabalho e renda.

A explícita fragilização e desregulamentação dos contratos de trabalho do século XXI, e a sua substituição pelo empreendedorismo, cooperativismo, incubadoras, trabalho voluntário e ações solidárias em geral são as formas de desproteção dos trabalhadores que necessariamente os colocarão na fila de desamparados em qualquer imprevisto ou situação que os possibilitem de trabalhar, empilhando-os nas infinitas listas de demandantes da política de assistência social. A tão almejada “porta de saída” dos programas de transferência de renda se tornam “portas giratórias” mantenedoras da pobreza e da precariedade. No entanto, este não parece ser o problema, senão a função. Manutenção da pobreza é a condição fundamental da acumulação de riqueza.

No século XX as cooperativas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas e o despotismo do trabalho (ANTUNES, 2010). Hoje, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumento importante para diminuir ainda mais as condições de remuneração e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, impactando de forma negativa e progressivamente os direitos do trabalho. Contando ainda com o subsídio dos recursos estatais as cooperativas “patronais” no Brasil vêm se tornando verdadeiros

empreendimentos, visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a consequente precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do empreendedorismo, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. É neste quadro, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior, que estão perfilando estão o desmonte da legislação social protetora do trabalho, uma exigência dos capitalistas (ANTUNES, 2013).

Considerações finais

Longe de concluir nossas indagações, nos propomos a uma breve problematização sobre os objetivos e avanços do programa solidária economia solidária.

Nossas percepções partem de algumas premissas centrais, entendemos a pobreza como um fenômeno do modo de produção capitalista. Com isso, a pobreza não é, no capitalismo, produto da carência, da escassez, como em sociedade pré-capitalistas, mas o resultado da exploração de força de trabalho pelo capital. É mediante esta relação entre capital (donos dos meios de produção) e trabalho (meros proprietários de força de trabalho), consubstanciada pela Lei Geral da Acumulação Capitalista, que parte da riqueza produzida pelo trabalhador (mais-valia) é apropriada (explorada) pelo capital. Neste processo, conforme Marx, se funda a “pauperização absoluta” (a força de trabalho expulsa do processo produtivo, a população sobrando, excedente às necessidades imediatas do capital) e a “pauperização relativa” (o assalariado que, mesmo considerando um significativo poder aquisitivo do seu salário, é submetido a um processo de empobrecimento em relação à riqueza por ele produzida, ampliando a mais-valia explorada, ampliando a diferença entre a parcela da riqueza que ele recebe e a que o capital se apropria, ampliando o fosso entre ele e seu patrão).

Para garantir a acumulação capitalista é inevitável o processo de exploração e sua consequente pauperização. Ambas são dois lados de uma mesma moeda, que estrutura a relação fundada na exploração da força de trabalho pelo capital. Assim, a pobreza não é ausência de educação, solidariedade, criatividade, disposição ou ânimo; também não é consequência natural, biológica e sim social. Com isso, não negligenciamos as lutas e as conquistas da classe trabalhadora, mas apontamos que os programas sociais que enfraquecem as relações trabalhistas e as contratações formais dos trabalhadores estão caminhando mais rapidamente para a acumulação capitalista do que para o fim da pobreza. Qualquer remédio mágico que resolve todo e qualquer problema está mais para elixir do que solução emancipatória. Engodo e não vitória!

Referências

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BARBOSA, Rosângela. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, Col. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.II, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2008.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política).** Livros I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Termo de Referência Fomento às Redes de Cooperação Solidárias, Empreendimentos Econômicos Solidários Organizados em Cadeias Produtivas e Arranjos Econômicos Territoriais e Setoriais De Produção, Comercialização E Consumo Sustentáveis e Solidários.** Brasília: MTE, 2013.

MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Termo de Referência Apoio à Implantação de Ações Integradas de Economia Solidária como Estratégia de Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável visando à Superação da Extrema Pobreza.** Brasília: MTE, 2013.

SINGER, Paul. **Ensaio sobre economia solidária.** São Paulo: Editora Almedina, 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

SOUSA, Adrianycy Silva de; SOUSA, Daniela Neves de. Economia Solidária e Trabalho: elementos para a análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda. In: **2ª Conferência do Desenvolvimento CODE/IPEA**, 2011, Brasília. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos da 2ª Conferência do Desenvolvimento CODE/IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo3.pdf>. Acesso em jul. 2023.